



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE
SANTO TIRSO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE
EDUCAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DA PONTE, PARA A GESTÃO
DO PROLONGAMENTO DE HORÁRIO**

Outorgantes:

Primeiro – Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, concelho de Santo Tirso, residente na Rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, Entrada n.º 2, 6.º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira e concelho de Matosinhos, o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, e em representação do respetivo Município, pessoa coletiva territorial com o contribuinte n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por Primeiro Outorgante.

Segundo – Ludovina Rosa Ribeiro Silva, casada, natural da freguesia de Vila das Aves, residente na Rua do Rosal, n.º. 51, da freguesia de Rebordões, a qual outorga na qualidade de Presidente da Direção, em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Ponte, pessoa coletiva com o número de contribuinte 502 212 314, com sede em Rua José Luís de Andrade, freguesia de São Tomé de Negrelos, concelho de Santo Tirso, adiante designada por Segundo Outorgante.

Pressupostos:

Considerando que, em conformidade com o disposto no n.º1, artigo 12º da Lei 5/97 de 10 de fevereiro, que aprovou a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, “os estabelecimentos de educação pré-escolar devem adotar um horário adequado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, no qual se prevejam períodos específicos para atividades educativas, de animação e de apoio às famílias, tendo em conta as necessidades destas”;

Considerando que o artigo 9.º do Decreto-lei 147/97 de 11 de julho, que regula o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento, determina que o horário dos estabelecimentos



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

de educação pré-escolar deve ser flexível, de acordo com as necessidades das famílias;

Considerando ainda o nº 3 do artigo 3º do Despacho nº 9265-B/2013, publicado no Diário da República nº 134 de 15 de julho que diz que “as atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) são implementadas, preferencialmente, pelos municípios no âmbito do protocolo de cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré -Escolar, *sem prejuízo da possibilidade de virem a ser desenvolvidas por associações de pais, instituições particulares de solidariedade social ou outras entidades que promovam este tipo de resposta social.*”

Considerando o interesse do Município de Santo Tirso em promover os prolongamentos de horário nos estabelecimentos com educação pré-escolar do concelho, dando assim cumprimento às determinações legais sobre a matéria e contribuindo igualmente, e por via disso, para a ocupação positiva dos alunos e para uma maior tranquilidade dos pais e encarregados de educação;

Considerando as atribuições do Município, em matéria de educação, previstas nas alíneas b), nº 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 144/2088, de 28 de julho, na alínea d), nº 2 do artigo 23.º e alínea u), nº 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E considerando, ainda, as relações de proximidade entre as associações de pais e toda a comunidade escolar, bem como o trabalho que as mesmas têm vindo a desenvolver em prol dos alunos, e não descurando as responsabilidades deste Município no que se refere ao funcionamento dos prolongamentos de horário,

Entre o Município de Santo Tirso e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Ponte é celebrado o presente Protocolo de Colaboração o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Cláusula Primeira

Objeto

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto estabelecer as condições de contratação da animadora sociocultural que exerce funções no prolongamento de horário do jardim de infância da EB de S. Martinho.

Cláusula Segunda

Obrigações da Associação de Pais

Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Ponte responsabiliza-se pela contratação de uma animadora sociocultural nos termos da minuta de contrato que se anexa ao presente protocolo e que dele fica a fazer parte integrante (anexo 1), bem como pelo pagamento dos respetivos vencimentos, descontos para a segurança social e seguros.

Cláusula Terceira

Obrigações do Município

O Município compromete-se a transferir mensalmente para a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Ponte, face às despesas inerentes à contratação da referida animadora sociocultural, a verba correspondente a:

- De Setembro 2015 a agosto de 2016 o valor de 480,00€ (quatrocentos e oitenta euros).

Cláusula Quarta

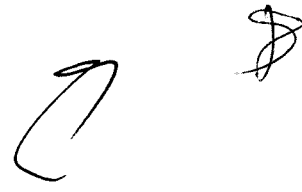
Documentos de apresentação obrigatória

Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Ponte compromete-se a entregar na Câmara Municipal cópias dos contratos, das apólices de seguros e dos comprovativos dos descontos mensais para a Segurança Social.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



Cláusula Quinta

Revisão

O presente Protocolo é suscetível de ser alterado por acordo entre as partes.

Cláusula Sexta

Resolução

O presente Protocolo pode ser resolvido por qualquer de uma das partes, no caso de incumprimento das obrigações emergentes do mesmo, mediante prévia comunicação escrita com 10 dias úteis de antecedência.

Cláusula Sétima

Dúvidas e Omissões

As dúvidas e omissões decorrentes do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes, dentro do princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades expressas.

Cláusula Oitava

Prazo de vigência

- 1- O presente contrato entra em vigor no dia 1 de setembro de 2015, com termo a 31 de agosto de 2016;
- 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderá ainda o Município, por razões de interesse público, denunciar o presente Protocolo a qualquer momento, desde que o comunique por escrito ao Segundo Outorgante, com 15 dias de antecedência, sendo neste caso sempre salvaguardados os direitos dos contratados.

O presente Protocolo foi aprovado pela deliberação camarária de 8 de outubro de 2015 (item 5) e foi impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Os encargos assumidos pelo município inerentes ao presente Protocolo serão suportados pela proposta de cabimento n.º 2488/2015 com a classificação económica 040701 do orçamento da câmara municipal, nas quais tem suficiente dotação, e pelo compromisso n.º 2495.

Santo Tirso, 17 de Novembro de 2015.

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

Muzavine Rosa R.

